

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

ISVANIRO MIQUÉIAS DUARTE

OS FUNDAMENTOS DA TEORIA ÉTICA E MORAL DE KAROL WOJTYLA

ANÁPOLIS – GO

2017

ISVANIRO MIQUÉIAS DUARTE

OS FUNDAMENTOS DA TEORIA ÉTICA E MORAL DE KAROL WOJTYLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para a obtenção do certificado de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Prof. Pe. João Batista de Almeida Prado Ferraz Costa

ANÁPOLIS – GO

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISVANIRO MIQUÉIAS DUARTE

OS FUNDAMENTOS DA TEORIA ÉTICA E MORAL DE KAROL WOJTYLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para a obtenção do certificado de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Prof. Pe. João Batista de Almeida Prado Ferraz Costa.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Pe. João Batista de Almeida Prado Ferraz Costa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar uma linha das bases fundamentais da teoria ética e moral de Karol Wojtyła, eleito Sumo pontífice da Igreja Católica como João Paulo II. Apresentar-se-á o seu pensamento filosófico personalista que fez dele uma admiração de muitos na busca por respostas às indagações e ideologias errôneas dos tempos modernos sobre ética e moral numa reflexão de seu *personalismo tomista*. Conhecido como a filosofia do amor e da pessoa, Wojtyła busca devolver a dignidade da pessoa humana, a partir de princípios éticos e morais, onde reside o cerne original de todas as suas obras, que abordam constantemente termos como experiência, volição, autodeterminação e autoteleologia.

Palavras-chave: Wojtyła. Personalismo. Ética. Moralidade. Ação. Experiência. Autodeterminação.

ABSTRACT

THE FUNDAMENTS OF KAROL WOJTYLA'S ETHIC AND MORAL THEORY

This present article has with the objective to draw a line of fundamental bases of Karol Wojtyla's ethic and moral theory, he was elected Supreme Pontiff of the Catholic Church as John Paul II, It's presented his personalistic philosophical thought made him an admiration of many in the quest for answers to the erroneous inquiries and ideologies of modern times on ethics and morals in a reflection of his Thomistic personalism. Known by the philosophy of love and the person, Wojtyla seeks to restore the dignity of the human person, based on ethical and moral principles, where lies the original core of all his works, constantly addressing terms such as experience, volition, self-determination and self-teleology.

Keywords: Wojtyla. Personalism. Ethic. Morality. Action. Experience. Autodetermination.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	ÉTICA E MORAL	9
2.1	LIBERDADE E RESPONSABILIDADE	9
2.2	A NORMATIVIDADE DA MORALIDADE	9
2.3	OS SENTIDOS DE SIGNIFICÂNCIA DA ÉTICA E DA MORAL.....	10
2.4	JUÍZOS E TEORIAS ÉTICAS E MORAIS	11
3.	ÉTICA DE WOJTYLA EM GERAL E ANÁLISE DO ATO ÉTICO	13
3.1	A INFLUÊNCIA DA ÉTICA DE SCHELER	13
4.	O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NA ANÁLISE DO ATO ÉTICO	15
4.1	O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA EM QUESTÃO	15
4.2	A RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA COM A ÉTICA.....	16
4.3	O PAPEL DA VONTADE E DA EFICÁCIA NO ATO ÉTICO.....	16
4.4	ENTRE O PRINCÍPIO DE SCHELER E O DE KANT	17
4.5	SEGUINDO O PRINCÍPIO TOMISTA.....	17
4.6	O PAPEL DA RAZÃO NO ATO ÉTICO	18
5.	MARCOS REFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA ÉTICA DE WOJTYLA	20
5.1	A FUNÇÃO DAS NORMAS	20
5.2	O SIGNIFICADO DO VALOR MORAL	21
5.3	A EXPERIÊNCIA DA EFICÁCIA	22
5.4	O ATO DE VOLIÇÃO	23
5.5	A REFERÊNCIA À VERDADE	25
5.6	O PAPEL DA CONSCIÊNCIA.....	27
6.	CONCLUSÃO	30
7.	ABSTRACT	4
	REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

O mundo contemplado pelo processo de abstração é real e atual, ainda que apresente características preocupantes aos que conservam sua dignidade racional. Isto porque rupturas profundas foram lançadas na história do pensamento filosófico da humanidade, distantes, pois, das reflexões filosóficas perenes.

Considera-se aqui que a linha filosófica mais influente nas constantes e abruptas mudanças na sociedade sejam fruto do cultivado e multiforme materialismo que, ao longo da história, foi alcunhado de diferentes sobrenomes, lugares e ações.

Respeitáveis pensadores nos levam, em linha cronológica, ao notório Guilherme de Ockham. No séc. XIV, o mesmo iniciou sua afirmação de que essências universais, como humanidade, não eram reais; fruto sim de extrapolações nominais mentais: inexistentes são as formas universais; contudo, existentes são formas individuais. Imensurável se torna o abalo às estruturas da forma de compreensão humana até então conhecida, pois limitou-se a capacidade de conhecimento das coisas, com o fato das verdades tão somente individuais. O dilema e a confusão de personalidade estavam instaurados pela não mais compreensão de, até então convicções, natureza humana e humanidade.

Considerando que se alcançava o auge do período renascentista, tomou grande notabilidade o iluminismo. Mesmo período no qual os sobrenomes Locke e Hume estavam estampados numa novidade “iluminadora”: não se pode conhecer elementos universais dos seres, somente seus fenômenos; impossível é conhecer a coisa em si mesma. O processo de abstração da filosofia perene, legado por São Tomás e demais, finda ali sua validade para o mundo admirado com tamanha descoberta. Porém, não está distante do humano aquilo ao qual compararam sua capacidade racional: redução e inferiorização do intelecto humano à natureza sensível dos animais irracionais. Immanuel Kant, numa reflexão ainda mais “iluminadora”, preencheu páginas e compilou volumes na exposição dos termos de conhecimento *a priori* e *a posteriori*. Confirmava que não conhecíamos as coisas em si mesmas, apesar da altíssima capacidade intelectual do homem, na qual o conhecimento das coisas se identificam com noções preestabelecidas naturalmente no conhecedor. Este *geocentrismo epistemológico* aprisiona e impede todo conhecimento são e racional de Deus, da alma e da natureza humana.

No séc. XIX, entretanto, entende-se o auge mais influente de todo materialismo biológico e cientificista com o evolucionismo de Charles Darwin, quando confirmou que o empirismo é o único saber aceitável. O Darwinismo encerrou a desconstrução secular da união entre alma e corpo, igualando a pessoa humana como animal, composto genético aperfeiçoado nas forças do acaso e destituído de sua natureza espiritual, que não somente lhe remetia a um Ato Primeiro Criador, mas também lhe dava sentido de existência e finalidade de ser. Chesterton conclui objetiva e indubitavelmente que aquilo que a evolução nega em especial não é a existência de Deus, mas a existência do homem.

A linha cronológica do desenvolvimento do materialismo conduziu o mundo ao séc. XX devastado pelo domínio do materialismo socialista de Karl Marx aplicado na Rússia, que matou milhões e milhões de pessoas. O Darwinismo iniciou uma concepção profunda e segregacionista de pessoas *aptas* e *inaptas*; como também os conceitos aplicados de raças *superiores* e *inferiores*. O nazismo de Hitler e seus partidários apanhou em Darwin justificativas para guerra genocida que provocaram; da mesma forma que aconteceu com os povos eslavos, em diversos locais da África e de modo incalculável na Ásia.

Infelizmente o *reducionismo epistemológico* presente, falseado numa ética evolucionista, não contribuiu de modo algum para moralidade. Muito distante disso, reavivou o relativismo, a pseudo-concepção de liberdade e a dignidade da pessoa humana, ignorante de sua natureza espiritual e da verdade existencial de Deus. A mesma causa eficiente dos últimos problemas citados criou uma concepção do humano como ser animal perfeito, solitário na luta por sobrevivência, desconhecedor de qualquer verdade e sentido pelo qual valha sua existência; além de entregue ao hedonismo que atesta produzir satisfação experimental até na desistência e exclusão da própria vida.

Questiona-se, pois, o que fazer? Qual será a resposta daqueles que foram redimidos por uma revelação que sacia todos os desejos naturais do homem por uma verdadeira sabedoria?

Não houve silêncio por parte da defesa da filosofia perene, ainda que a argumentação empírica apresente maior satisfação temporal. Esforços notórios foram realizados. Tanto que o presente trabalho desenvolve aspectos de uma resposta católica humana e racional aos ataques do mundo moderno não somente a Deus, porém, pior, ao ser humano mesmo.

Karol Wojtyła, nascido em 1920, polonês, filho de pai militar, provou das amarguras nada palatáveis da Europa traumatizada pela primeira e devastada pela segunda Guerra Mundial.

Contudo, o pior não são os canhões, mas as ideias que os engatilham; afinal, não são espadas, flechas, canhões ou soldados que silenciam uma ideia ou cultura errônea. Isto é papel da verdade.

A contemplação de Mounier vislumbrou isso e o fez precursor do Personalismo, pensamento filosófico ao qual aderiu Wojtyła, empenhando constantes e promissores esforços. Ele defendia a dignidade da pessoa humana, como ser único e não equiparável na generalização de conceitos como *superiores* e *inferiores*.

O *actus essendi* de seu pensamento reside na liberdade e na experiência da pessoa humana. Sendo professor catedrático de ética, na Universidade de Lublin, soube ele colocar em questão a problemática de como considerar os conceitos de experiência e autodeterminação sem reduzir o saber filosófico personalista ao subjetivismo. Há grande influência de Scheler no pensamento de Wojtyła, ainda que seja ícone de um personalismo tomista. Principalmente no tocante à fenomenologia schleriana, há grande apreço por parte de Wojtyła e uma cristianização do pensamento desta.

O problema aqui apresentado foca na questão da ética e moral de Wojtyła, onde se alicerçam seus conceitos básicos para todo desenvolvimento de sua obra principal *Pessoa e Ação*, cerne original de sua concepção da pessoa humana e revalorização da mesma frente as demais doutrinas do tempo presente. Não conceber estes princípios básicos desse filósofo personalista, limita compreensão objetiva e fluente de outros conceitos abordados constantemente no raciocínio filosófico dele, como autodeterminação, ato volitivo, autoteleologia, experiência e, conseqüentemente, pessoa.

ÉTICA E MORAL

O homem como ser humano é dotado de vontade livre. Por sua livre vontade, ele determina suas próprias ações; Ele é livre para determinar o curso e o objetivo de suas próprias ações e vida. Mas com o livre arbítrio vem responsabilidade. Como o homem é um agente livre, ele é responsável por suas ações. No entanto, sua responsabilidade como agente livre não termina em suas próprias ações, ele também deve assumir a responsabilidade por suas consequências e pela qualidade da escolha que ele faz. Todos os dias, um é confrontado com situações em que ele tem que fazer uma escolha, e é a obrigação moral de alguém fazer a escolha correta, seguir a boa opção da variedade de opções disponíveis. Seja qual for o tipo escolhido, ele é responsável por essa escolha e por suas consequências. A extensão do conhecimento e da liberdade determina a extensão da responsabilidade de alguém. Portanto, quando há maior liberdade e conhecimento, há uma maior responsabilidade.

1.1 LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

A liberdade e a responsabilidade são as preocupações não só dos filósofos; são preocupações de todos. Por causa da liberdade e responsabilidade humanas as pessoas estão sempre preocupadas com o que é certo e o que está errado. As pessoas contemplam o que é certo e o que é ruim para evitar. O propósito de todas essas considerações é o desejo de viver uma vida bem vivida. Os seres humanos não querem apenas viver suas vidas; Eles querem viver a vida bem, como diz o ditado: uma vida bem vivida é uma vida feliz.

1.2 A NORMATIVIDADE DA MORALIDADE

A correção ou o mal, ou a bondade ou a maldade de uma ação, é o ponto focal da moral. A moral estabelece padrões pelos quais o homem pode medir ou julgar se uma ação é boa ou ruim. No entanto, há aqueles que vêem a moral como uma instituição repressiva, um conjunto de regras que a sociedade e a religião, os pais e outros impõem ao homem para evitar que alguém viva sua vida do jeito que alguém quis que ela seja vivida. Até certo ponto, há um grão de verdade para isso, mas isso é insignificante no que diz respeito à verdadeira intenção da moralidade. O fato de que a moral impõe certas “restrições” não a torna repressiva. A

moralidade impõe ao homem certas regras ou padrões através dos quais se determina o que é certo e o que está errado, de modo que ele eventualmente possa moldar seu julgamento e conduta moral. Mas a sabedoria moral pela qual se julga uma ação, não é imposta a ele por outros, mas por si só, na medida em que ele está empenhado em alcançar uma espécie de vida bem-vivida. A moralidade, como filosofia normativa, oferece um conjunto de regras ou padrões de acordo com o qual é necessário conformar suas ações; estas regras que se deve seguir. Mas então, como agente livre, o homem é livre para seguir regras ou não, mas não se deve esquecer que, como agente livre, ele é responsável por suas ações.

1.3 OS SENTIDOS DE SIGNIFICÂNCIA DA ÉTICA E DA MORAL

Antes de prosseguir, a moral e a ética devem ser devidamente definidas. A moral aplica-se apenas aos atos humanos, isto é, ações que procedem do homem no uso de sua razão; são ações que são feitas com conhecimento, liberdade de modo voluntário. Ações que não têm um caráter racional podem ser consideradas amorais (não morais); elas não podem ser julgadas como moralmente boas ou moralmente más. Se as ações humanas devem ser julgadas seja moralmente boa ou moralmente má, então deve haver algo pelo qual as ações possam ser medidas como boas ou más; é o que se define por norma ou padrão de moralidade. O padrão ou norma não só julga a moralidade da ação, mas também confere as razões pelas quais uma ação particular é moralmente boa ou moralmente má.

O termo “ética” é comumente usado de forma intercambiável com “moral”; portanto, ser ético é equiparado a ser moral. Embora exista uma afinidade entre ética e moral, é mais preciso usar o termo moral para o ato ou todo o que se refere ao exercício voluntário. O termo ética aplica-se ao estudo da moralidade do ato ou conduta ou das normas ou códigos que governam tais comportamentos ou atos. O denominador comum entre os dois conceitos é a moralidade do ato ou da conduta humana. O ato humano tem um valor moral, o valor de ser bom ou ruim, certo ou errado, e a ética estuda as normas ou padrões ou códigos que definem ou determinam a moralidade do ato ou a conduta humana.

A ética, que também é chamada de filosofia moral, é motivada pelo fato de que as pessoas se esforçam para se tornar agentes responsáveis de ações. Ser agentes responsáveis das ações começa com saber quais ações são boas e quais ações são ruins.

É o papel da filosofia ou da ética moral procurar algo que guie o homem na determinação do que é bom e certo ou ruim e errado. Ética ou filosofia moral como estudo ou ciência da moralidade dos atos humanos, trata da questão de saber se uma ação é boa ou ruim e as razões pelas quais uma ação particular é boa ou ruim. Por isso, é a preocupação da filosofia moral, não só dizer que o aborto é um mal, mas também apresentar as razões pelas quais é um mal. A ética como filosofia é a tentativa de alcançar uma compreensão sistemática da natureza da moral e do que exige do homem - como o homem deve viver e por quê. Éticos ou filósofos morais não são apenas preocupados com a moralidade das ações humanas, também estão preocupados com a razão pela qual uma ação é moral ou imoral. Eles oferecem uma ampla variedade de normas ou padrões pelos quais se pode julgar se uma ação específica é boa ou má.

1.4 JUÍZOS E TEORIAS ÉTICAS E MORAIS

Se alguém deve fazer juízos morais, ele deve apoiá-los com razões válidas. Embora algumas pessoas dependam de sentimentos e emoções como base no julgamento moral, tal não é aceitável, porque emoções ou sentimentos geralmente são tendenciosas, irracionais ou são apenas produtos do preconceito e condicionamento social e cultural. Quer descobrir a verdade, ele deve tentar deixar seus sentimentos e emoções serem guiados pela razão. É essa busca pela sabedoria moral que levou filósofos morais a investigar e estudar diferentes temas e questões sobre a moralidade.

As teorias éticas são o conjunto de princípios ou regras que servem de base para determinar a moralidade das ações ou conduta humanas. Os homens usam ou confiam neles no julgamento moral; eles também fornecem as razões pelas quais uma determinada ação ou comportamento é bom ou mal; aceitável ou inaceitável. As teorias éticas abundam, muitas delas afirmam ser umas melhores que outras, se não forem as mais apropriadas. Outras teorias são normativas, propondo certos padrões ou normas de ética, enquanto outras são descritivas, oferecendo uma conta de experiência ética. Alguns são baseados em razões e propõem regras ou imperativos formais. Outros são baseados em sentimentos e emoções e propõem certos valores como padrões de moralidade. Outros são altamente abstratos e especulativos, enquanto outros são situacionais, o que significa que eles fundamentam a ética na experiência. As teorias éticas são frequentemente polarizadas para o racional e o experiencial. O racional é quase sempre dividido em intelectual e volitivo, enquanto o experiencial é distinguido no sentimental

e perceptual. Entretanto vale a pena recordar que não é preocupação deste estudo classificar as teorias éticas.

ÉTICA DE WOJTYLA EM GERAL E ANÁLISE DO ATO ÉTICO

O estudo da ética de Wojtyla é apenas uma das muitas teorias. Na sua descrição de ética, é proposta uma tentativa de integrar os elementos racionais e experienciais do ato ético. Ele é crítico com certas éticas formais e emotivas; criticando particularmente a ética formal de Kant e a ética emotiva de Scheler. Sua reflexão nesse campo filosófico baseia-se nos ensinamentos tomistas, tendo sido aprendiz e discípulo da filosofia de Santo Tomás de Aquino. No entanto, ele também pertence ao elenco dos admiradores e críticos da fenomenologia e, por meio de sua própria aplicação desta, ele também integra a experiência em sua análise de ética.

1.5 A INFLUÊNCIA DA ÉTICA DE SCHELER

Há duas preocupações que precisam ser abordadas: a primeira é a análise de Wojtyla do ato ético e o foco no papel da experiência, vontade e razão. Isso pode ser considerado como parte de sua filosofia que trata da teoria ética. O segundo é o que pode ser considerado como a parte moral de sua filosofia. O principal objetivo estará em sua noção de eficácia, transcendência e autodeterminação, veracidade e consciência. Esses conceitos podem estar correlacionados com as noções de valor, verdade, bem como serem componentes essenciais de uma teoria ética.

A teoria ética de Wojtyla baseia-se numa crítica da ética scheleriana e kantiana e uma apropriação da ética tomista. Ele analisa as posições éticas de Scheler e Kant e oferece sua própria maneira de fazer filosofia de ética ao longo de linhas tomistas. O fundamento de sua ética é o ato da vontade que se baseia na experiência de eficácia. Mas o objeto da vontade é o bem que deve ser percebido como um valor pela pessoa. No decorrer desta discussão, a experiência, que deve ser o ponto de partida da ética, será correlacionada com o bem, que é o objeto da vontade, e a verdade, que é o objeto da razão e deve ser uma qualidade do bem, e isso é desejado pela vontade. A filosofia moral de Wojtyla baseia-se na noção do ato humano, um ato que manifesta eficácia, transcendência, autodeterminação e auto-realização. A moralidade do ato deve basear-se em bondade e veracidade. As ações humanas são afetadas pela consciência de alguém e determinadas pela liberdade e traz consigo a responsabilidade.

A dissertação de Wojtyla em filosofia é uma exposição crítica da ética de Scheler. Embora ele rejeite a ética de Scheler, ele a olha como um guia possível para procurar respostas sobre

ética e valores; respostas para perguntas como “por que ser bom?”. O trabalho de Scheler abre um mundo novo, um mundo de valores, uma visão fresca da humanidade (WILLIAMS, 1981, p. 115). Com um fundo sólido no tomismo, Wojtyla está aberto a envolver a filosofia moderna em seus próprios termos e o resultado seria o que Wojtyla consideraria anos mais tarde, como uma maneira de fazer filosofia que sintetizou as abordagens do realismo metafísico de Aristóteles e Tomás de Aquino e a sensibilidade à experiência humana da fenomenologia de Max Scheler (Ibid). É o personalismo de Scheler que resgata a filosofia moral das abstrações secas da ética kantiana e restaura o *pathos*, o êxtase e o *ethos* para a vida humana, que Wojtyla encontra mais atraente (BUTTIGLIONE, 1997, p. 54).

A fenomenologia desenvolve um sistema de desvinculação da mente de todos os pressupostos filosóficos e outros. Confiamos que pelo processo de intelecção a mente, seja o intelecto ou vontade ou sentimento (como no caso de Scheler), poderia, pelo menos, compreender suficientemente o aspecto mais importante da realidade, isto é, sua essência. Procura ainda desenvolver uma metodologia para espelhar uma determinada realidade em sua essência e possibilitar a sua existência. Contra essa marca de fenomenologia de Scheler, Wojtyla argumenta uma série de pontos para sustentar a ética católica tradicional contra um “novo tipo de subjetivismo experiencial alegadamente objetivo”. (WILLIAMS, 1981, p.117). Wojtyla observa que na ética cristã existe o ideal da perfeição moral, a pessoa verdadeiramente perfeita (Jesus Cristo e os santos Evangelhos e os santos da Tradição). Nessas pessoas, o ideal é incorporado e os valores são praticados. O ideal é apresentado como uma obrigação em mandamentos e conselhos; A pessoa santa se torna um modelo de imitação (WOJTYLA, 1993, p.23).

Scheler, com sua marca de fenomenologia, é tão importante no desenvolvimento do pensamento de Wojtyla, especialmente pelo fato dele querer insistir em tornar a ética revelada constitutiva da ética perene. Embora, no final, o filósofo rejeite o sistema de ética de Scheler, porque de fato, ele introduz Wojtyla no método fenomenológico de compreender as circunstâncias eticamente positivas ou negativas à medida que são vivenciadas na experiência.

O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NA ANÁLISE DO ATO ÉTICO

De acordo com Wojtyla, toda ação humana envolve uma experiência vivida específica que ele se refere como experiência ética (Ibid, p. 8). A experiência vivida é a consciência por parte do indivíduo de que, quando executa ou faz uma determinada ação, ele está ciente de que ele é o autor do ato; que ele é o agente da ação. Essa consciência ou experiência traz consigo um senso de responsabilidade pelo valor moral da ação. Uma vez que se experimenta a si próprio e a sua própria pessoa como agente ou causa do ato, ele também se experimenta como a causa eficiente do bem moral ou do mal associado à ação. Através disso, ele também experimenta o bem moral ou o mal de sua própria pessoa.

1.6 O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA EM QUESTÃO

Por isso, há uma espécie de experiência vivida associada ao valor moral da ação, e essa Wojtyla chama a experiência ética. A experiência vivida, que é uma noção comum em fenomenologia e existencialismo, é um conceito bastante complexo. Como pode ser interpretado corretamente? Wojtyla cita os estudos de Narziss Ach, Albert Michotte e os psicólogos da escola de psicologia experimental contemporânea da vontade (WOJTYLA, 1993, p. 23). Esses estudos fornecem uma ferramenta moderna para refletir sobre a experiência ética baseada no método empírico indutivo.

A interpretação adequada da experiência vivida sempre foi uma das tarefas dos especialistas em ética. Ach e seus colegas, fornecem aos eticistas a interpretação adequada da experiência vivida. Além disso, através desses estudos, Wojtyla vê a conexão entre a experiência vivida e o ato da vontade. Na experiência vivida, isto é, na experiência de si mesmo como causa eficiente de seus atos, encontra-se imediatamente a vontade. Wojtyla enfatiza que, na experiência vivida, definitivamente existe uma experiência ética e a compreensão mais profunda da natureza da vontade só pode ser alcançada através de uma análise aprofundada da experiência ética (Ibid, p. 67). Ele está convencido de que “a experiência ética implica uma experiência vivida da eficácia da pessoa, uma experiência na qual a vontade se manifesta fenomenologicamente como um elemento estrutural básico de todo o fato empírico” (Ibid, p. 91). Com base em que a experiência vivida tem um caráter empírico real e de fato o é, Wojtyla

conclui que a ética é uma ciência e que esta não pode ser separada da experiência, tratando-se da experiência especificamente vivida.

1.7 A RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA COM A ÉTICA

Mas como a experiência pode estar devidamente relacionada com a ética? Wojtyla primeiro analisa a posição de Kant sobre esta questão. Segundo ele, a abordagem de Kant para a ética resulta em uma distinção entre dois elementos da vida ética. O primeiro é o elemento racional a priori que é expresso no imperativo categórico e o outro é a experiência que assume a forma de sentir o respeito pela lei (WOJTYLA, 1993, p. 135). Mas Wojtyla argumenta que a abordagem crítica de Kant para a ética dividiu o conteúdo unificado da mesma reduzindo-o a dois modos separados de investigação, a saber, lógico e psicológico.

Ele enfatiza ainda que tal dicotomia é contra a experiência porque os fatos da vida ética não podem ser reduzidos à lógica e à psicologia, pelo fato de que uma experiência ética é um todo pessoal. Um elemento específico da experiência ética deixa de ser ele mesmo, uma vez que está separado do todo. Um exemplo disto é a experiência ética do dever, concebida por Kant como meramente o sentimento de respeito pela lei. Wojtyla também analisa o conceito de experiência ética a partir do conceito de Scheler. O valor para Scheler é um conteúdo objetivo feito experiência pela pessoa. Mas, de acordo com Wojtyla, o valor é principalmente um trabalho da pessoa e causado na essência pessoal do indivíduo (WOJTYLA, 1993, p. 143).

1.8 O PAPEL DA VONTADE E DA EFICÁCIA NO ATO ÉTICO

Wojtyla afirma que a pessoa é a causa eficiente de sua ação. A experiência, sobre a qual a ética se baseia, revela que a pessoa se experimenta ou está consciente de si mesmo como a causa eficiente de sua ação. A pessoa se experimenta como sujeito de valores éticos, nomeadamente o bem moral e o mal. Conseqüentemente, Wojtyla relaciona a experiência ética com a eficácia. Ele diz: “A experiência ética está contida de forma ininterrupta em todas as atividades humanas em que o eu pessoal é consciente da sua eficácia”. (Ibid). A experiência ética está contida no ato da própria vontade, não em algo fora da vontade, como sentimento,

como sugeriu Scheler. A “experiência vivida de responsabilidade aponta para a vontade como fator psicológico que constitui o cerne da experiência ética”. (WOJTYLA, 1979. p. 15).

1.9 ENTRE O PRINCÍPIO DE SCHELER E O DE KANT

Para Scheler, de acordo com a análise de Wojtyla, a experiência ética está contida na emoção. O núcleo da experiência ética para Scheler não é a eficácia da pessoa, mas a experiência emocional do valor. Esta é a essência do *emocionalismo* de Scheler, que é a base de sua teoria ética baseada em valores. Segundo o Wojtyla, isso ignora completamente a eficácia da pessoa. A ética kantiana, por outro lado, também não reconhece o momento eficiente e dinâmico da vontade. Apesar da visão de Kant sobre a vontade que ele desenvolveu em sua **Crítica da Razão Prática** (1788), sua análise poderia ser redutível para a razão prática e seus imperativos. Os imperativos ou máximos kantianos e os valores schelerianos são aforismos e nenhum deles objetiva o fator dinâmico de ação que é fundamental para a ética. A ação de acordo com Wojtyla é o lugar da autêntica experiência ética. Os aforismos neste contexto são antitéticos para a experiência e, se a ética deve estar relacionada à experiência, ela deve estar livre desses tipos de aforismos.

Wojtyla afirma que, quando tomamos como ponto de partida a experiência interna de eficácia que está enraizada no eu pessoal e manifesta-se no ato da vontade, entendemos corretamente o equilíbrio entre motivação e ação no ato de querer. Isso ocorre porque um motivo tem significado somente nas relações com o ato da vontade que motiva. Qualquer análise de motivos, seja na forma de máximas ou valores, que não considere o ato da vontade distorce a essência dos motivos (Ibid, p. 149).

1.10 SEGUINDO O PRINCÍPIO TOMISTA

Em sua análise do ato da vontade, Wojtyla segue a concepção de Santo Tomás sobre o ato da vontade. Para Santo Tomás, o ato da vontade tem duas fontes básicas de atualização: uma é a natureza da própria vontade como um apetite ou uma inclinação, e a segunda é a objetivação da bondade de um objeto por motivo. Na primeira atualização, a vontade, que é um apetite por si só, manifesta uma inclinação natural em relação a qualquer coisa que seja de

alguma forma boa. A vontade tem uma inclinação natural para qualquer coisa percebida como boa, como comida, relaxamento, educação, amigos, amor, etc. Assim, a vontade é, por si só, uma fonte de impulsos causal e eficiente no ser humano. Mas a vontade é também uma faculdade racional, é um apetite racional e a racionalidade natural do desejo da vontade é atualizada quando a vontade conforma seus movimentos ou escolhas para julgar a razão sobre o objeto do desejo. A verdadeira bondade do objeto da vontade conforme avaliado pela razão direciona a inclinação da vontade. Daí a vontade é atualizada pelo verdadeiro bem como avaliado pelo motivo. Os vários objetos da vontade são bens objetivados pela razão e a vontade está em potência em relação ao bem e a potência da vontade em relação a esses bens é atualizada pela razão. Portanto, a razão tem um papel crucial no ato ético.

1.11 O PAPEL DA RAZÃO NO ATO ÉTICO

Razão e vontade são as duas faculdades racionais do homem, e elas constantemente trabalham lado a lado. A vontade deseja para que a razão possa saber, e a razão sabe para que a vontade faça o que deseja. O objeto da vontade é o bem e o objeto da razão é a verdade. A vontade naturalmente se inclina para o bem e a razão apreende a verdade. É tarefa de razões para apreender ou objetivar o bem. O resultado dessa interação próxima da razão e da vontade é que o verdadeiro e o bom, em certo sentido, se permeiam mutuamente. O verdadeiro conhecido pela razão é bom, e o bem desejado pela vontade é verdadeiro. Embora a razão apreenda o bem de forma especulativa quando define a essência do bem e, como o bem é um objeto de ação, então, o motivo apreende o bem do aspecto da ação. A razão também distingue entre os diferentes tipos de bens, a saber: *bonum honestum*, *bonum utile* e *bonum delectabile*. *Bonum honestum* refere-se ao bem que está em conformidade com a natureza de um ser racional porque está de acordo com o que é desejoso para si próprio, o *bonum utile* é um bem que é um meio para um fim, o *bonum delectabile* é o bem sujeito da satisfação ou prazer.

Através dessas distinções, a razão orienta nossa ação. Seguindo Santo Tomás, Wojtyła enfatiza o papel diretivo da razão na ação humana. Esse papel diretivo da razão em ação é determinado principalmente por uma visão holística do ser humano, uma parte ou faculdade de que é razão. A razão é parte de toda a pessoa humana e desempenha suas funções práticas dentro desse conjunto (BUTTIGLIONE, 1997, p. 135). O caráter superior e diretivo da função da razão é determinado de forma fundamental pelo fato de que a razão define o bem, que é o fim do ser

humano e sua ação - o *bonum honestum*. Isso, de acordo com Wojtyła, é o que garante que a razão tenha um papel diretivo na vida humana. Razão garante que o bem desejado pela vontade é o verdadeiro e o verdadeiro bem e não apenas um bem delicioso ou útil. Mesmo o valor percebido pela vontade deve ser um valor real e verdadeiro do objeto desejado pela vontade. Seguindo Santo Tomás novamente, Wojtyła afirma:

A vida moral consiste em alcançar a verdade em toda a nossa ação e comportamento, e a atividade por natureza sempre visa algo de bom. Consequentemente, a essência da vida moral é a experiência vivida da verdade do bem realizado em ação e da realização na ação do bem sujeita ao critério da razão e, portanto, colocada à luz dessa verdade (WOJTYLA, 1979, p. 66).

MARCOS REFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA ÉTICA DE WOJTYLA

1.12 A FUNÇÃO DAS NORMAS

Uma das tarefas de uma teoria ética ou uma teoria da moralidade é objetivar ou apreender o conteúdo da experiência da moralidade. A experiência da moral ou da experiência ética é sempre subjetiva; nossa experiência de valor moral, isto é, bem e mal, sempre acontece no contexto subjetivo; A experiência é sempre subjetiva porque é o sujeito humano que experimenta. A tarefa de uma teoria da moral de acordo com Wojtyla é transpor esse conteúdo, isto é, nossa experiência de valor moral no teórico ou objetivo, para que possamos entender completamente o significado de tal valor moral. Esta tarefa de objetivar o valor moral é possível através de normas, porque é através de normas que avaliam os valores morais. As normas são a base do valor moral, servem de padrão ou base para dizer se um objeto tem um bom valor ou não. O valor moral não pode ser objetivado sem normas; sem as normas, os valores morais permanecerão conteúdos subjetivos da experiência ética. Sem as normas, não podemos objetivar o valor moral e, conseqüentemente, não podemos ter uma teoria da ética ou da moralidade. Por exemplo, por causa da norma de veracidade, diferenciamos o bem de dizer a verdade e o mal de contar mentiras. Wojtyla escreve:

Característica de valor moral é que ela surge na forma, no bem e no mal, uma divisão que tem sua fonte objetiva e subjetiva nas normas. Não só as normas são a base do valor moral, mas também são a fonte da divisão do bem e do mal de toda a esfera conhecida como valor moral (Ibidem, p. 69).

Além disso, Wojtyla afirma que a relação entre o valor moral do bem e do mal e a norma da moral determina a estrutura essencial de cada fato moral. A norma como base do valor moral é a expressão mais profunda e fundamental da moral, porque a distinção entre bem e mal é baseada e dependente de uma norma (WOJTYLA, 1993, p. 147). A tarefa da teoria da moralidade de objetivar o conteúdo da experiência ética tão adequadamente quanto possível não seria alcançada sem normas. Assim, enquanto Scheler aponta para o valor como base da moral, que ele considera objetivo e a priori, Wojtyla argumenta que a norma e não o valor é a base objetiva do valor moral e conseqüentemente da moralidade.

1.13 O SIGNIFICADO DO VALOR MORAL

O valor moral mostra a dimensão axiológica da moral e basicamente corresponde a uma experiência e isso a torna a característica mais óbvia da moralidade. Através do valor moral, da ação e das pessoas que os realizam, manifestam certa qualidade distinta: virtuosa, pecaminosa, justa, gentil, cruel, ruim, etc. Para Wojtyła, a interpretação adequada e adequada do valor moral deve ser apreendida no contexto da estar e tornar-se do ser humano através de sua ação. Através do ato, um ser humano torna-se moralmente bom ou mal, dependendo se o ato é bom ou mal (WOJTYLA, 1979, p. 127). Quando alguém ajuda os pobres, ele se torna moralmente bom e, quando ele engana sua obrigação, torna-se moralmente mal. Claro, isso não significa que, quando se faz um ato maligno, ele se torna mau por cada.

O valor moral não pode ser interpretado apenas com base na experiência subjetiva (ou emocional) do valor, pois, além da experiência subjetiva, a experiência da moral revela também a eficácia do ser humano (Ibid). O ser humano torna-se moralmente bom ou mal em virtude de seu envolvimento eficiente na experiência. O ser humano como pessoa torna-se uma pessoa moralmente boa através de sua ação moralmente boa e, inversamente, uma pessoa moralmente maquiavélica através de sua ação moralmente má.

Uma interpretação do valor moral é considerá-lo como um fim; essa interpretação caracteriza a moralidade como teleológica. Mas em que sentido podemos interpretar o valor moral como um fim? Um fim é sempre entendido como objeto de um objetivo. E não se pode negar que as pessoas não visam apenas bens, também querem ser boas. Isso de querer ser bom é também o cerne da moralidade. A realização do bem moral pode ser diferente dos outros valores objetivos da pessoa, mas a luta pelo valor moral permeia todos os outros desejos de outros bens, porque ao querer outros bens, também quer ser bom ele mesmo. Há, portanto, dois esforços e dois sentidos de valores: primeiro, há a luta ou a falta de bens objetivos; e, em segundo lugar, há a luta pelo bem de si mesmo; existe o desejo de um bem e o desejo de ser bom. Ao querer qualquer bem, o sujeito, que é a pessoa, sai em direção a um objeto valioso e ao querer ser bom, ele confere valor a si mesmo (Ibid, p. 132). Isto para Wojtyła é uma teleologia distinta da moralidade.

O valor moral como um fim, quando aplicado à pessoa humana, tem uma conotação diferente; como um fim, não é apenas o objeto de um objetivo particular, acrescenta-se ao

cumprimento da pessoa e da ação. Quando um ato é bom, ele acrescenta ao cumprimento da pessoa. Wojtyla diz:

(...) O valor moral determina o cumprimento das ações próprias das pessoas e também determina o cumprimento das próprias pessoas em tais ações. Ao agir, queremos nos cumprir ou não nos cumprimos. Isso depende precisamente do valor moral. O bem moral é aquele através do qual nós realizamos em ação e maldade o contrário (Ibid).

Agora, se alguém quer ser bom, então ele deve ser bom. É aqui que o elemento do dever está ligado ao valor moral. Na experiência vivida, o desejo de certo valor objetivo envolve um fator necessário na essência da moralidade, elemento do dever. Uma característica essencial do dever é a experiência vivida “Eu devo”. Esta é uma espécie de "coerção interna que constitui uma modificação distintiva da experiência "que eu quero" (Ibid, p. 137). Wojtyla explica ainda que o “eu devo” e o “eu quero” são ambas coerções internas que surgem de si mesmo, mas diferem não apenas na intensidade do esforço, mas também no tipo de valor que lhes é atribuído. No dever moral existe um valor incondicional. Quando se diz “eu devo fazer isso”, não há nenhuma condição ulterior ou outro motivo a ele vinculado. O dever moral significa o incondicionamento do valor moral ou do bem. Neste sentido, o dever é mais decisivo para a moralidade do que o valor. Wojtyla ainda escreve:

O dever moral como experiência vivida reflete, de certa forma, todo o sistema em que o bem e o mal se opõem mutuamente e se excluem mutuamente - e é isso que explica essa incondicionalidade distintiva que engloba dentro de seu alcance o valor moral contido em uma ação concreta e os valores objetivos em relação aos quais essa ação é dirigida (Ibid, p.140).

1.14 A EXPERIÊNCIA DA EFICÁCIA

Na distinção que faz entre as duas operações ou dinamismos no homem, a saber: agir e acontecer, Wojtyla introduz a base dessa diferenciação como “experiência de eficácia” ou “momento de eficácia”. Em outras palavras, o homem se experimenta como o agente e a origem de suas ações. Esta é uma experiência vivida. Quando o homem age, ele se experimenta como a causa de suas ações; Ele sabe que é ele quem traz a ação na existência e sustenta sua existência. Ao experimentar-se como a causa eficiente da ação, “o homem descobre que ele é completamente imanente na ação e simultaneamente a transcende”. No “acontecimento”, por

outro lado, não há participação efetiva do homem. Embora a função aconteça nele, ele realmente não o traz conscientemente à existência. Wojtyla escreve:

Esta experiência discrimina a atuação do homem de tudo o que simplesmente acontece nele (...). Ao atuar, tenho a experiência de mim como agente responsável por essa forma particular de dinamização de mim como sujeito. Quando há algo acontecendo comigo, então o dinamismo é transmitido sem a participação efetiva do meu ego (Ibid, p. 138).

Wojtyla chama aqueles dinamismos em que o homem não é ativo como o ego concreto e eficaz, como ativação. “Há ativação sempre que algo acontece apenas no homem e o que acontece é derivado do próprio dinamismo interno do próprio homem”. (BUTTIGLIONE, p. 147). Assim, o conceito de eficácia nos leva ao sujeito ou à pessoa como estrutura ou base ontológica. O conceito de eficácia estabelece a relação causal entre a pessoa e a ação. A pessoa como agente da ação é a causa de tal ação. Suas ações em questão são suas propriedades.

1.15 O ATO DE VOLIÇÃO

A ação humana está relacionada ao ato de vontade ou vontade. No ato de vontade ou vontade, o *eu* se dirige a um objeto externo. A disposição é um ato intencional da pessoa, em tal ato, essa se orienta e se dirige a um objeto fora de si mesmo. O objeto de qualquer ato intencional é, portanto, falar fora ou externo à pessoa enquanto a pessoa direciona sua atenção para o objeto pretendido. Na vontade, a vontade orienta sua atenção para um objeto desejável, com seus próprios atos intencionais; ela pode dirigir sua atenção para os objetos como um fim ou valor, e isso se manifesta na expressão: “eu vou fazer algo”.

No ato intencional, o sujeito humano além de ser orientado ou direcionado para o exterior em direção a um objeto, de alguma forma se estende para além de seu próprio limite, de modo que os limites da pessoa estão um pouco ultrapassados (WOJTYLA, 1993, p. 234). Esta saída dos limites da pessoa para o objeto externo é o que Wojtyla se refere como “transcendência” (Ibid, p. 160). Por vontade ou vontade, essa transgressão dos limites na direção do objeto é o que Wojtyla chama de “transcendência horizontal”. Uma direção tão ativa também implica a transcendência deste assunto em relação ao valor e ao fim; o sujeito passa ativamente além de si próprio para o valor. “Na transcendência horizontal, a pessoa atravessa seu próprio limite para o objeto valorizado”. (Ibid, p. 162).

Ao querer, a pessoa nunca se dirige passivamente a um objeto. Quando alguém quer alguma coisa este se move em direção ao objeto, independentemente do que se deseja (Ibid, p. 163). No entanto, isso não significa que a pessoa seja absorvida pelo objeto; A inércia da pessoa nunca é dominada pela exaustão do objeto. Wojtyla explica: “o objeto... nunca leva o sujeito de volta a si mesmo; nunca força o sujeito a sua própria realidade, determinando-o assim de fora” (Ibid, p. 166). Por causa dessa relação objeto-objeto, o determinismo nunca é possível, porque é a pessoa como o eu efetivo que determina, possui e se governa e não o objeto desejado.

Foi anteriormente discutido que querer algo é sempre direcionado para um objeto apropriado que pode ser um bem ou um valor. Quanto maior o bem ou o valor, maior é o seu poder de atrair a vontade e, conseqüentemente, a pessoa. A predisposição da pessoa a ser atraída pelos bens e valores positivos e autênticos, seu consentimento sem reservas para ser atraído e absorvido por eles são fatores cruciais na determinação da maturidade e da perfeição da pessoa (WOJTYLA, 1992, p. 80). Assim, o momento de decisão e escolha são partes essenciais de vontade; eles definem a essência intrínseca da vontade como atos intencionais, quer um simplesmente quer ou deseja algo ou escolha algo sobre outro objeto.

Wojtyla caracteriza a decisão como um momento constitutivo crucial na experiência da autodeterminação; é sempre direcionado para um valor e envolve a prontidão para se esforçar para o bem. É visto como uma instância de limiar que a pessoa tem que passar no caminho para o bem. Sua decisão é de alguma forma influenciada pela absorção do bem e é aumentada ao se aproximar do bem. Quanto mais ele se atrai para o bem, mais decisivo se torna sua ação. Isso mostra o dinamismo da pessoa enquanto ele se esforça para o bem, transgredindo seus próprios limites.

Agora, os motivos têm certamente um efeito sobre a vontade de alguém mais particularmente sobre a intencionalidade da vontade, este efeito de motivos para a vontade é referido como motivação. Quando alguém quer alguma coisa, o objeto se apresenta à sua atenção como um bem e manifesta seu valor. Essa apresentação de valores que corresponde à sua cognição dos valores é seguida pelo movimento da vontade em relação ao objeto apresentado como bom. Este movimento absoluto é devido ao seu motivo sem o qual não haveria tendência para o valor. Wojtyla esclarece: “A vontade significa lutar por um valor que se torne assim um fim”. (Ibid, p. 90). É a motivação que leva a vontade de sua indeterminação inicial. É a motivação que inicia a ação do homem, sem motivação o homem não se deslocaria

da indeterminação. A decisão é mais plenamente manifestada em escolha do que em simples disposição porque, ao escolher o sujeito, manifesta sua autodeterminação, sua liberdade.

Wojtyla ressalta que a liberdade está presente e se manifesta na capacidade de escolher. “Essa capacidade de escolher confirma a independência da vontade na ordem intencional de querer. Ao escolher, a vontade não é subjugada pelo objeto, pelo valor como seu fim; É a vontade e somente a vontade que determina o objeto” (WOJTYLA, 1993, p. 163). A liberdade, então, é dependência e independência; é dependente do eu, porque é o *eu* através da vontade que decide, e independente dos objetos desde que o *eu* decide que ele nunca é determinado pelo objeto.

1.16 A REFERÊNCIA À VERDADE

É possível escolher qualquer coisa que desejamos, podemos decidir sobre qualquer assunto que percebemos ser bom? Anteriormente, o papel da razão na ética foi discutido, e seu papel está ancorado na verdade. Enquanto a razão é orientada para a verdade, a vontade como faculdade de escolha é orientada para o bem. Para Wojtyla, no entanto, a escolha não é um tiro arbitrário no escuro, mas uma seleção deliberada. A capacidade de decidir e escolher está relacionada com outra característica significativa no dinamismo da vontade, isto é, a referência à *verdade*. A razão tem um papel na determinação da verdade do bem que a vontade deseja. Ele explica:

A referência à verdade forma uma parte intrínseca da própria natureza de uma decisão e é de forma especial manifestada na escolha. A condição essencial da escolha e da capacidade de fazer uma escolha como tal, parece estar na referência específica da vontade à verdade, a referência que permeia a intencionalidade de querer e constitui o que é de alguma forma o princípio interno da vontade (Ibid, p. 165).

Verdade, afirma Wojtyla, é o que libera a vontade da determinação pelo objeto e permite que a pessoa se torne autodeterminante em seus atos em relação a todos os objetos possíveis. Isto é assim porque os objetos apresentados à pessoa que faz a escolha são apresentados através da cognição, e a cognição é ela mesma focada na verdade. Os objetos de escolha não chegam à pessoa como forças ou impulsos que o levam a agir, por assim dizer. Isso significaria ignorar a vontade e fazer a escolha determinada pelo objeto e não determinada pela pessoa. Pelo

contrário, os objetos chegam à pessoa como coisas com um valor conhecido determinado que pode ser comparado com outras coisas de acordo com esse mesmo valor conhecido. Portanto, a verdade conhecida do objeto, medeia o objeto e a vontade para que os valores não compõem, mas sejam respondidos livremente pela vontade.

Embora seja através da cognição que a verdade é conhecida, é a vontade que responde à verdade. A própria vontade em sua própria estrutura quer a verdade. A vontade quer bens verdadeiros, não coisas que parecem ser boas e realmente não são. Wojtyla enfatiza que “escolher” não significa simplesmente se voltar para um valor e para longe dos outros; significa tomar uma decisão, de acordo com o princípio da verdade, ao selecionar entre possíveis objetos que foram apresentados à vontade (WOJTYLA, 1993, p. 67). A orientação para a verdade é essencial para a vontade e para o seu poder de autodeterminação. O reconhecimento da validade e da verdade do objeto pretendido faz parte do dinamismo da vontade porque a escolha e a decisão são pré-condicionadas pelo conhecimento da verdade. O conhecimento é então a condição que não só permite, mas também influencia a escolha, a tomada de decisão e mais, geralmente o exercício da autodeterminação (Ibid, p. 90).

Wojtyla faz referência à verdade como princípio interno de decisão e escolha. A verdade na cognição e a orientação intrínseca à verdade na vontade são o que torna possível a liberdade e a escolha (Ibid, p. 143) Em todas as volições, o que se manifesta é uma dependência específica, um momento específico de “rendição à verdade” mesmo antes do objeto ser apresentado à vontade para decisão e escolha. É por causa desta rendição à verdade de que a pessoa se torna independente dos objetos de sua própria atuação através do momento da verdade; este momento de entrega à verdade está incluído em todas as opções autênticas de tomada de decisão (Ibid).

O momento da verdade deve ser distinguido da veracidade das escolhas e decisões particulares que podem realmente ser feitas. Wojtyla ressalta que se pode errar em julgamento e ele pode escolher contra a verdade do bem. Erro intelectual e má escolha são fatos manifestados na experiência e defeitos se manifestam também. Um sinal impressionante disso é a experiência do pecado e da culpa que não são apenas erros e a consciência do erro no julgamento (esse erro pode ser involuntário); eles também são erros e a consciência do erro na escolha (esse erro deve ser voluntário porque é interno à escolha).

Mas não pode haver erro, nem qualquer consciência de erro, sem uma verdade pela qual julgar o erro e, além disso, sem uma ordenação intrínseca e desejo da verdade na cognição e na

escolha. A escolha errônea não seria pecado e não levaria à culpa se o erro não fosse, de alguma forma, um defeito, uma distorção, dentro da estrutura de escolha e não fosse experimentado como tal. O fenômeno da escolha, da autodeterminação e da culpa e do pecado e seus opostos são experiências pessoais diretas da inerência da verdade na estrutura de “Ato”.

1.17 O PAPEL DA CONSCIÊNCIA

É consciente de que a verdade se apresenta como a fonte do dever moral, uma espécie de “imperativo categórico”. Wojtyla argumenta que o próprio lugar da subordinação do bem à verdade é a consciência, onde a autêntica transcendência da pessoa em ação é realizada. Em consciência, o ato humano torna-se desejado e escolhendo um “bem verdadeiro” (WOJTYLA, 1992, p. 54). É a consciência, através do seu primeiro princípio: “fazer o bem e evitar o mal”, que direciona a pessoa a escolher e ao bem. A consciência orienta a pessoa para a verdade e na direção de um bem desejado e escolhido à luz da verdade (Ibid, p. 75). Através desta direção e admoestação de consciência, a pessoa consegue a realização de si mesmo transcendendo as limitações do eu e querendo o verdadeiro bem escolhido à luz da verdade.

Consciência, no entanto, deve basear-se na veracidade. A responsabilidade é basicamente baseada na liberdade, mas para Wojtyla a fonte de responsabilidade é mais do que liberdade, mas o sentido do dever. Esta é a conexão da antropologia de Wojtyla com sua ética e axiologia. Quando a consciência passa por um julgamento sobre um ato, ele faz isso na esfera dos valores morais. De acordo com Wojtyla, a consciência talvez seja considerada como um sistema distintivo e, como tal, “consiste em um esforço muito específico da pessoa voltada para a compreensão da verdade na esfera dos valores, antes de tudo na esfera dos valores morais” (WOJTYLA, 1993, p. 163). Primeiro investiga a verdade, então estabelece certeza e passa a um julgamento; depois, a consciência tem um papel específico na avaliação e reconhecimento desse verdadeiro bem moral.

Wojtyla reconhece que a consciência pode diminuir nesse esforço e, talvez, em desacordo com a realidade do bem. Diante disso, é importante que a consciência seja intimamente relacionada com a veracidade. O esforço da consciência para ser sincero está intimamente relacionado com a vontade, particularmente com a autodeterminação. A vontade se esforça para bons valores e essa luta está intimamente relacionada ao esforço da consciência para ser verdadeira. Wojtyla afirma:

A verdade, vista como a regra normativa da verdade exercida pela consciência, é como a pedra angular de toda a estrutura. Sem a veracidade (ou, enquanto estiver fora de contato com ela), a consciência ou, em termos mais gerais, o sistema específico da função e da ordem moral não podem ser entendidos corretamente e interpretados corretamente (Ibid, p. 165).

A verdade moral, no entanto, não é suficiente; não basta que conheçamos a veracidade moral ou a falsidade das proposições normativas, não basta que possamos dizer que “ser sincero é moralmente bom” ou que “mentir é moralmente mal”. Deve haver uma transição de “ser honesto é moralmente bom” para “eu deveria ser honesto”, “mentir é moralmente mal” para “eu deveria evitar mentir”. Aqui é onde está o poder normativo da verdade, na transição do “ser” para o “deve”. Isto é, onde está o dever. A consciência de acordo com Wojtyla é onde nós alcançamos “a união peculiar da veracidade e dever moral que se manifesta como o poder normativo da verdade”. (BUTTIGLIONE, 1997, p. 183). Wojtyla explica:

A explicação do poder normativo da verdade deve ser buscada em sua referência ao sentido do dever, enquanto explica também o sentido do dever por causa da referência aos valores. O fato de que a afirmação "X é verdadeiramente boa" ativa a consciência e, portanto, desencadeia como que uma obrigação interna ou comando para executar a ação que leva à realização de X, mais estritamente relacionado com o dinamismo específico da realização do ego pessoal dentro e através da ação (WOJTYLA, 1993, p. 172).

Wojtyla enfatiza que o sentido do dever é a forma experiencial da dependência da verdade moral, à qual a liberdade da pessoa é subordinada. O papel da consciência é experimentar não só a veracidade, mas também o dever, e o dever depende da veracidade moral. Não é função da consciência criar normas, mas sim descobrir essas normas. Há momentos, no entanto, quando essas normas e consciência estão distantes e aparentemente se contradizem. Mas Wojtyla explica que isso não significa que essas normas sejam externas ou estranhas à consciência. Por causa do momento da verdade, a consciência é ordenada à verdade e, conseqüentemente, reconhece essas normas como suas próprias. A verdade alivia a tensão que pode surgir entre a ordem objetiva das normas e a liberdade interna da pessoa, uma vez que as normas são reconhecidas pela consciência como verdadeiras, elas não são mais externas a ela; essas normas são aceitas deliberadamente pela pessoa (BUTTIGLIONE, 1997, p. 192).

Wojtyla esclarece que o valor fundamental das normas reside na veracidade do bem que eles objetivam e não na própria geração de deveres. Embora possamos falar da veracidade da consciência que é subjetiva, também temos que considerar a verdade objetiva das normas e a

verdade objetiva do bem ao qual elas servem. “A colocação de normas surge na forma de julgamentos, mas esses julgamentos sempre pressupõem um conceito geral de bem. Este conceito abrange todo o mundo dos bens em sua analogia: inclui todo o bem em todos os aspectos...” (Ibid). As obrigações e os deveres devem basear-se em normas morais objetivas baseadas na verdade do bem. Mas para realmente ter um poder normativo, a verdade das normas deve ser experimentada pelo sujeito.

Ao conectar isso com a vida moral do homem, Wojtyla, após o pensamento de Santo Tomás, diz: “a essência da vida moral é a ‘experiência vivida’ da verdade do bem realizado em ação e a realização na ação dos bons sujeitos ao critério da razão e, portanto, colocado à luz da verdade”. (Wojtyla, 1993, p. 98). Wojtyla enfatiza ainda que o dever é uma realidade interpessoal específica devido ao fato de que o homem tem uma obrigação inerente a todas as outras pessoas. “Existe uma correlação entre a consciência como a fonte interpessoal de deveres e a ordem objetiva das normas morais ou legais, a ordem que, em sua significância e aplicação, se estende muito além de uma pessoa individual e sua inércia concreta”. (Ibid, p. 102).

Consciência, diz Wojtyla, não é apenas um reconhecimento passivo das normas como se essas normas fossem impostas sobre ela e, por consciência de compulsão, simplesmente se inscrevam nela. É bastante criativo, mas não compromete a verdade e sua capacidade de veracidade.

A consciência desempenha um papel criativo no que diz respeito à veracidade das normas, isto é, daqueles princípios de atuação e comportamento que constituem o núcleo objetivo da moral ou da lei. Sua criatividade vai além do simples reconhecimento da norma ou injunção que gera o sentido de obrigação resultando em obediência passiva (Ibid, p.115).

A experiência de correção é precedida e integrada pela experiência da veracidade. O último é inerente à aceitação de uma norma que é causada pela força da convicção subjetiva. O papel criativo da consciência coincide com a dimensão da pessoa; é inteiramente interno e aplica-se à atuação, bem como ao momento da realização da pessoa por si mesmo. Wojtyla enfatiza:

De fato, o papel criativo da consciência consiste no fato de moldar as normas naquela forma única e incomparável que eles adquirem dentro da experiência e realização da pessoa. A sensação de convicção e certeza, em que a veracidade de uma norma é moldada dentro da dimensão pessoal, são seguidos pelo senso do dever (Ibid).

CONCLUSÃO

Há sempre dois aspectos de uma teoria ética ou moral, o subjetivo e o objetivo. O subjetivo aponta para a experiência (subjetiva ou pessoal) do homem de um valor, isto é, valor das coisas ou objetos que considera valiosos. O valor é considerado bom; portanto, o bem é instanciado por esses objetos que se consideram valiosos. A vontade como apetite é orientada ou tende para aqueles objetos que são valiosos ou bons. Consequentemente, o objeto bom ou valioso torna-se o objeto intencional da vontade de alguém. Mas a apreensão ou apreciação do bem ou do valor não pode ser reduzida à mera avaliação ou sentimento pessoal do sujeito ou da pessoa individual. Deve haver uma base objetiva para avaliar ou julgar o valor ou o valor real do objeto pretendido. Caso contrário, poderia levar ao subjetivismo. Existe onde uma norma vem como base objetiva de valor ou bem. As normas são cruciais em uma teoria ética que pretende objetivar o aspecto subjetivo da moralidade. As normas servem de base à verdade do bem ou do valor. Enquanto o bem é objeto da vontade, a verdade é o objeto da razão e é a função da razão objetivar a verdade. A verdade é uma característica objetiva do bem e do valor; o bem ou o valor não pode ser bom ou valioso apenas para a pessoa, deve ser um valor verdadeiro, bom ou objetivo.

A moral, no entanto, não é apenas sobre o valor e o bem; A moralidade propriamente dita refere-se à ação humana, e a ação humana tem esse elemento constitutivo de eficácia. A eficácia refere-se à experiência da pessoa como agente ou causa de uma ação. Wojtyla esclarece que, embora existam funções e ativações no conhecimento do homem, apenas os atos que se originam de sua eficácia podem ser considerados morais ou imorais.

Os atos eficazes estão relacionados à vontade de alguém; eles também são atos da vontade ou produtos de sua vontade. Na volição, a vontade direciona sua atenção para um objeto desejável como um fim ou valor. Assim, a vontade “transcende” para o objeto. Aqui, o momento de decisão e escolha são partes essenciais de vontade; eles definem a essência intrínseca da vontade como atos intencionais. A capacidade de escolher confirma a independência da vontade no ato de querer. Ao escolher, a vontade não é apertada pelo objeto ou pelo valor como seu fim; é a vontade e somente a vontade que determina o objeto. A capacidade de decidir e escolher está ligada à verdade; A vontade tem referência à verdade. A vontade quer bens verdadeiros, não coisas que parecem ser boas e realmente não são. Escolher não significa simplesmente voltar para um valor e para longe dos outros, mas tomar uma decisão

de acordo com o princípio da verdade. A escolha e a decisão são pré-condicionadas pelo conhecimento da verdade.

Porque a vontade quer o verdadeiro bem, então ele deve escolher ou fazer o bem verdadeiro; deve realizar o verdadeiro ato bom. É aqui que entra o dever; em consciência, a verdade se apresenta como a fonte do dever moral. O lugar apropriado da subordinação do bem à verdade é a consciência. Em consciência, o ato humano torna-se desejado e escolhendo um “bem verdadeiro”. Com seu primeiro princípio: “fazer o bem, evitar o mal”, a consciência direciona a pessoa a escolher e vai o bem, ir além do eu e de alguma forma subir acima do eu na direção da verdade e na direção de um bem desejado e escolhido à luz da verdade. O poder normativo da verdade está no dever, na transição do “ser” para o “deve”.

Finalmente, a moral é a base do cumprimento do homem. A pessoa se cumpre quando executa uma ação que é boa, um bem verdadeiro, um bem que está de acordo com uma verdadeira e boa consciência. Quando o objeto de escolha é um bem verdadeiro, então a ação humana é boa e quando o objeto de escolha é um bem falso, então a ação humana é ruim ou má. A pessoa humana conseqüentemente se torna boa ou má, dependendo da moralidade de suas ações. Assim, o valor moral do ato atinge as profundezas da pessoa humana. A autorrealização depende do cumprimento ou desempenho de um ato verdadeiramente bom. Quando o homem executa atos, ele imediatamente se atualiza na ação e, como pessoa humana, ele se torna bom ou mal, dependendo do valor moral do ato executado. Segue-se que a verdade e o bem têm uma influência decisiva na formação do sujeito e no desenvolvimento total da pessoa como revelado através da análise da consciência e da moralidade. Em particular, a formação moral da pessoa humana significa uma formação através do bem moral; a pessoa humana é formada através do bem moral.

REFERÊNCIAS

- AGUAS, Jove Jim. **Karol Wojtyla y La Integración de La Persona**. Saragoza: Saber Filosófico, 2010. p. 583-614.
- BLOCH, Alfred; CZUCZKA, George. **Wojtyla: hacia una filosofía de praxis**. Madrid: Salvat, 1981.
- BUTTIGLIONE, Rocco. **Karol Wojtyla: I pensieri dell'uomo che divenne Papa Giovanni Paolo II**. Turim: Alighierense, 1997.
- COSBY, John. **The Selfhood of the Human Person**. Washington DC: The Catholic University Press of America, 1996.
- KUPCZAK, Jaroslaw. **Destinado a la Libertad**. Pamplona: Universidad Católica, 2000.
- LAWLER, Ronald. **O Cristianismo Personalista de João Paulo II**. Rio de Janeiro: Universa, 1982.
- SZOSTEK, Andrezj. **Karol Wojtyla's View of the Human Person in the Light of the Experience of Morality in Existential Personalism**. Washington DC: ACPA, 1986. p. 50-63.
- WEIGEL, George. **Testemunho de Esperança: a biografia de João Pao II**. Lisboa: Bertrand, 2000.
- WILLIAMS, George Huntston. **La Mente de John Paul II: orígenes de sus pensamientos y acciones**. Madrid: Saber Filosófico, 1981.
- WOJTYLA, Karol. **Persona e Acción**. Madrid: Palabra, 1994.
- WOJTYLA, Karol. **Participación o Alienación?**. Madrid: Palabra, 1977. p. 61-73.
- WOJTYLA, Karol. **La subjetividad e lo Irreductible en el Hombre**. Madrid: Palabra 1978. p. 107-114.